


REVISÃO SISTEMÁTICA SOBRE A PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

Recebido em: 21/04/2021

Aprovado em: 01/10/2021

Licença: 

Luana Carla André¹

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
Campo Grande – MS – Brasil

Wagner Barbosa Matias²

Pedro Fernando Avalone Athayde³

Universidade de Brasília (UnB)
Brasília – Distrito Federal – Brasil

Dirceu Santos Silva⁴

Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)
Campo Grande – MS – Brasil

RESUMO: O objetivo foi analisar a produção científica sobre o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) por meio de uma revisão sistemática qualitativa. Os resultados demonstraram que um grupo de pesquisadores concentrados nas regiões Sul e Sudeste, estão impulsionando as publicações sobre o PELC em periódicos predominantemente da área de Educação Física e Lazer. Existe uma concentração de pesquisas em gestão, formação e avaliação com ênfase nas diretrizes e na concepção de lazer do programa. De forma secundária, foi reportado pesquisas em financiamento, marcadores sociais e temas transversais. Para investigações futuras, destaca-se a necessidade de pesquisas com maior pluralidade metodológica e teórica, que ultrapasse as pesquisas descritivas, com abordagem qualitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública. Atividades de lazer. Revisão sistemática.

SYSTEMATIC REVIEW ON THE SCIENTIFIC PRODUCTION OF THE CITY SPORT AND LEISURE PROGRAM

ABSTRACT: The aim was to analyze the scientific literature on the City Sport and Leisure Program (PELC) through a qualitative systematic review. The results showed that a group of researchers concentrated in the South and Southeast regions, are promoting publications on PELC in predominantly journals in the field of Physical Education and Leisure. There is a concentration of research in management,

¹ Especialização em Educação Física Escolar e Inclusiva. Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

² Doutorado em Educação Física. Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador do Grupo de Pesquisa e Formação Sociocrítica em Educação Física, Esporte e Lazer –AVANTE-UnB.

³ Doutor em Política Social (UnB). Pesquisador líder do AVANTE-UnB.

⁴ Doutorado em Educação Física. UFMS. Pesquisador líder do GPPPELES.

professional training and evaluation with an emphasis on the program's guidelines and conception of leisure. Secondly, research on funding, social markers and cross-cutting themes was reported. For future investigations, more research is suggested with methodological and theoretical plurality, which goes beyond descriptive research, with a qualitative approach.

KEYWORDS: Public policy. Leisure activities. Systematic review.

Introdução

O Ministério do Esporte (ME) foi instituído a partir da Medida Provisória nº 103, de 1º de janeiro de 2003, na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a missão de elaborar uma Política Nacional de Esporte e Lazer, promover o acesso gratuito à prática esportiva e o desenvolvimento humano. Inicialmente, o ME foi estruturado em três secretarias a partir do Decreto nº 4.668, de 9 de abril de 2003, no atendimento as manifestações esportivas (rendimento, educacional e lazer), com pelo menos um programa central inscrito no plano plurianual (PPA 2004-2007): (1) Secretaria Nacional de Alto Rendimento (SNEAR) - Rumo ao Pan 2007; (2) Secretaria Nacional de Esporte Educacional (SNEE) - Programa Segundo Tempo; (3) Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) - Programa de Esporte e Lazer da Cidade (PELC) (CASTELAN, 2011, SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

Em 2011, a partir do Decreto nº 7.529 de 21 de julho de 2011, houve uma reestruturação do ME, uma secretaria foi mantida, a SNEAR. A SNEE e a SNDEL foram mescladas em Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SENELIS), que passou a ser responsável pelo PELC. Por fim, criou-se a Secretaria Nacional de Futebol e Defesa dos Direitos do Torcedor (SNFDDT). A reestruturação girou em torno da mudança de agenda política, que passou a priorizar os megaeventos esportivos (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015, AMARAL *et al.*, 2021).

Os megaeventos esportivos assumiram um papel preponderante na agenda política esportiva nacional após a reestruturação do ME, com destaque para realização

da Copa das Confederações de 2013, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. O governo brasileiro fez acordos com a Federação Internacional de Futebol (FIFA) e o Comitê Olímpico Internacional (COI), e teve que adaptar a sua legislação para atender às exigências das instituições internacionais (MATIAS; MASCARENHAS, 2017).

Após a realização dos megaeventos esportivos e início do governo Michel Miguel Elias Temer (2017 a 2018) a média de recursos ordinários do ME teve uma redução significativa e o ano de 2018 foi marcado pelo menor orçamento ordinário para o setor desde 2003 (CARNEIRO; ATHAYDE; MASCARENHAS, 2019). Em 2019, no governo do presidente Jair Messias Bolsonaro, a pasta ministerial do esporte foi extinta e reestruturada como Secretaria Especial do Esporte (SEE), vinculada ao Ministério da Cidadania, por meio do Decreto nº 9.674, de 2 de janeiro de 2019 (BRASIL, 2020). A partir do contexto de reestruturação e corte de gastos para o direito social ao lazer nos últimos anos, surge o interesse em pesquisar a produção científicas sobre o PELC.

O PELC corresponde ao principal programa de garantia do acesso ao direito social ao lazer, criado em 2003, com a finalidade de estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias no fomento da pesquisa e do conhecimento (TEIXEIRA *et al.*, 2014; BRASIL, 2016). O programa diz respeito a uma política social justificada pelo direito social ao lazer, contemplado no artigo 6º da Constituição Federal Brasileira de 1988 e sua implementação ocorreu por meio de projeto-piloto, no ano 2004, firmado entre o ME e 10 prefeituras de diferentes regiões (SILVA; GOMES, 2017).

De acordo com Behring e Boschetti (2011), a política social corresponde a um conjunto de determinações econômicas, políticas e culturais, em resposta a uma

demanda da sociedade civil por participação, em oposição ao processo de acumulação do capital.

A partir do contexto de descrição do PELC como política social, a reflexão central girou em torno das seguintes questões: como se encontra a produção científica do PELC? Quem conduziu pesquisas sobre o PELC, quando e onde? Quais foram as temáticas investigadas? Quais tipos de referenciais teóricos e metodológicos informaram as pesquisas?

Diante desse contexto, o objetivo foi analisar e sintetizar a produção científica sobre o PELC por meio de uma revisão sistemática qualitativa.

Metodologia

Utilizou-se da revisão sistemática (PICKERING; BYRNE, 2014, GENTLES *et al.*, 2016), com abordagem qualitativa da produção científica sobre o PELC, entre janeiro de 2004 e dezembro de 2020. O recorte temporal envolveu todo o período de funcionamento do ME (2003-2018) e dois anos de SEE (2019-2020). Além disso, considerou os PPAs de cada momento histórico: Lula 2004-2007 e 2008-2011; Dilma 2012-2015; Dilma/Temer 2016-2019.

A revisão sistemática permite uma discussão e crítica sobre a produção científica. As pesquisas de revisão sistemática são de grande relevância para organizar, sintetizar e interpretar uma determinada temática, um diagnóstico da produção científica, com informações sobre as lacunas nas áreas. As revisões sistemáticas podem ser: quantitativas, sobre as medidas de categorias, sugeridas para análise de mais de 300 artigos; qualitativas, na identificação de tendências em abordagens teóricas dedicados a um tópico, abordagem escolhida na presente pesquisa. A aplicação da técnica de revisão sistemática segue um modelo estruturado de levantamento da produção científica e

considera os autores, as universidades, os periódicos científicos, as temáticas e os diferentes resultados (PICKERING; BYRNE, 2014, GENTLES *et al.*, 2016).

Procedimentos de Coletas

Os procedimentos de coleta de dados seguiram três etapas. Na primeira, realizamos uma busca no *Google Scholar*, por se tratar da fonte de dados mais utilizada para apoiar a revisão sistemática (GENTLES *et al.*, 2016). Para garantir uma maior fidedignidade, aplicamos os mesmos termos “Programa Esporte e Lazer da Cidade” e “PELC” em outras bases de dados: Scopus, Scielo e Elsevier. A partir da busca inicial, um banco de dados foi criado com 44 artigos que apresentavam o termo PELC no título, resumo, palavras-chave ou realizavam análise do programa de forma central.

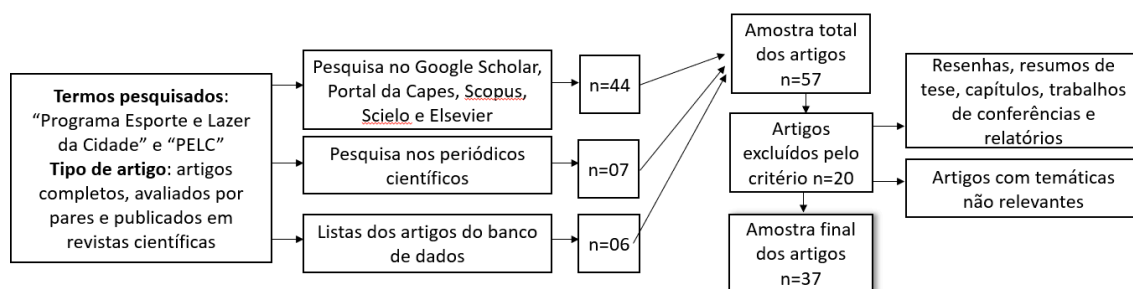
Na segunda etapa, selecionamos cinco periódicos científicos relacionados ao campo de pesquisa, com maior incidência na primeira busca e com maior produção científica para uma nova. Os critérios de seleção dos periódicos envolveram: a) acesso on-line; b) padrões de regularidade e periodicidade de circulação; c) abertura para publicação na área de Educação Física, Esporte e Lazer; d) diálogo com as humanidades; e) incidência de no mínimo dois artigos na primeira busca. Essa busca foi realizada na: Revista *Licere*, Revista *Movimento*; Revista *Pensar a Prática*; Revista *Brasileira de Ciências do Esporte* e Revista *Motrivivência*. Dessa forma, sete artigos que não estavam presentes na primeira busca foram selecionados na segunda etapa. Por fim, na terceira etapa, todas as listas de referências dos artigos do banco de dados foram analisadas, o que levou à identificação de seis artigos que não foram incluídos nas duas primeiras etapas. Dado o baixo número de artigos encontrados na última busca, encerramos a coleta de dados da pesquisa.

O aperfeiçoamento metodológico da presente revisão sistemática levou em consideração três revisões realizadas nas políticas públicas de esporte e lazer. A primeira, de autoria de Amaral, Ribeiro e Silva (2014), que analisou a produção acadêmica em políticas de esporte e lazer no Brasil a partir de uma busca em periódicos científicos da educação física. A segunda, de Rojo, Mezzadri e Moraes e Silva (2019), que realizou uma investigação científica por meio de indexadores, ao analisar os principais pesquisadores e instituições na produção do conhecimento sobre políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. A terceira, de Reis *et al.* (2015), que realizou uma revisão sistemática sobre o esporte educacional na produção de conhecimento em periódicos científicos no Brasil, entre 1998 e 2013.

Amostra da Literatura

A Figura 1 fornece detalhes dos resultados da pesquisa inicial, critérios de exclusão e amostra. A pesquisa realizada inicialmente envolveu 57 artigos que atenderam aos critérios da fase inicial. O critério de inclusão envolveu artigos completos em língua portuguesa e revisados por pares. O critério de exclusão envolveu teses, dissertações, livros, capítulos de livros, resenhas de livros, editoriais, trabalhos publicados em conferências, resumos de teses e relatórios. Após uma leitura flutuante do título, resumo, palavras-chave e do texto, 20 artigos foram excluídos por não apresentarem o PELC como o objeto central ou não envolver a discussão sobre políticas públicas. A amostra final foi realizada pela primeira autora e conferida pelo último autor do presente artigo. No total, a amostra incluiu 37 artigos após exclusão (24 estudos coletados do *Google Scholar* e bases de dados, sete da busca nos periódicos científicos e seis das listas de referências).

Figura 1: Processo da coleta de dados e definição da amostra dos artigos



Fonte: Elaboração própria.

Resumindo a Literatura: Metodologia de Extração das Categorias

A partir da busca dos artigos, organizamos um protocolo, conforme Quadro 1 operacional e sistêmico das categorias e método de extração.

Quadro 1: Operacional e sistêmico das categorias e método de extração

Categoria	Descrição	Método de extração
Ano de publicação	Categorização dos artigos: ano de publicação	Extração direta
Autor principal, filiação e região	Categorização dos artigos: primeiro autor; região e afiliação do primeiro autor no momento da publicação	Extração direta
Periódico Acadêmico	Categorização dos artigos: Periódico acadêmico em que o artigo foi publicado	Extração direta
Temática do artigo	Categorização dos artigos: Foco na temática do PELC investigada; Resumos e palavras-chave revisadas;	Interpretação
Abordagem de pesquisa	Categorização dos artigos: Abordagem da pesquisa: qualitativa, quantitativa ou mista; Resumos e palavras-chave revisadas e na ausência da informação, o método foi revisado.	Interpretação
Achados principais	Categorização dos artigos: achados principais apresentados no artigo; Resumo revisado e na ausência da informação, revisamos as conclusões; Artigos podem ter diferentes achados principais	Interpretação

Fonte: Elaboração própria.

Análise de Dados

A organização dos dados seguiu o protocolo descrito no Quadro 1 e o Gráfico 1 abaixo detalha o período de maior incidência da produção científica.

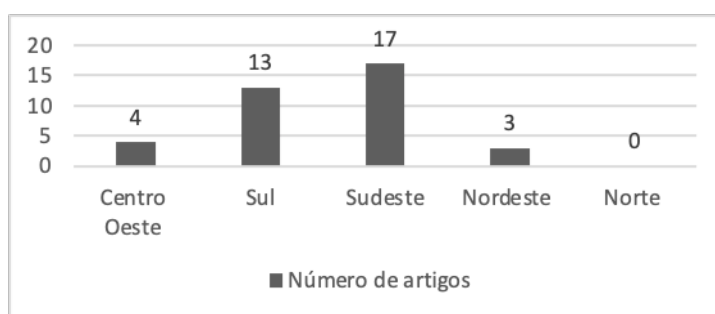
Gráfico 1: Resultados da produção científica do PELC por ano



Fonte: Elaboração própria.

Não foi identificada nenhuma produção científica do PELC antes do ano de 2009 no formato de artigo científico. Após essa data, houve crescimento da produção científica, com um decréscimo de publicações nos anos de 2015 e 2016, o que coincide com o período de organização e realização dos megaeventos esportivos, sobretudo os Jogos Olímpicos de 2016. Em 2017, a produção científica do PELC voltou a crescer após a realização dos megaeventos esportivos. O Gráfico 2, por sua vez, apresenta as regiões com maior incidência de publicações na temática do PELC.

Gráfico 2: Resultados da produção científica por região



Fonte: Elaboração própria.

O Sudeste foi a região que mais publicou (45,95%), com destaque para Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com 13,51% da produção científica. Vale ressaltar que a UFMG foi responsável pelo Programa de Formação de Gestores e Agentes Sociais até o ano de 2019, quando o programa foi extinto. Em seguida, destaca-se a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), com 5,41% cada. Outras instituições com produções científicas foram:

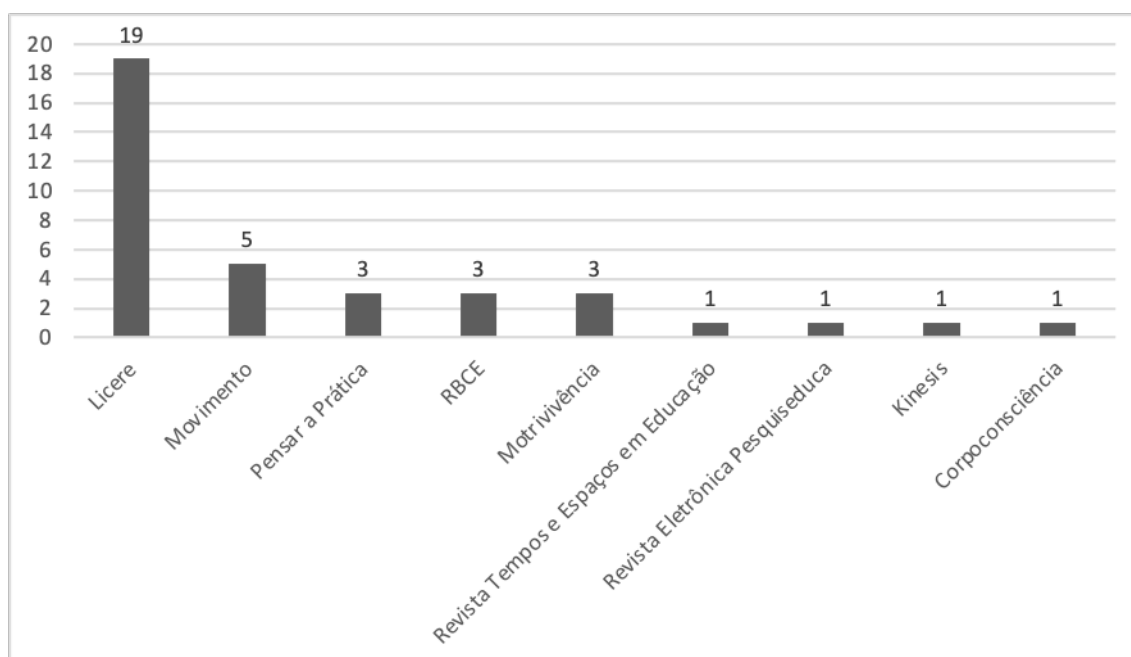
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade de Araraquara, Universidade Metodista de Piracicaba, Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) e Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, com 2,70% cada.

A segunda região com maior produção científica foi a Sul (35,14%), com destaque para Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e Universidade Federal do Paraná (UFPR), que concentrou 8,11% cada. A Universidade Estadual de Maringá (UEM) foi a terceira, com 5,41% da produção, seguida da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e Prefeitura Municipal Porto Alegre, com 2,70% cada.

A região Centro-Oeste (10,81%) foi a terceira com maior incidência, Universidade de Brasília (UNB) com 8,11% e ME com 2,70%. No Nordeste (8,11%), a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) concentrou toda a produção. A região Norte foi a única que não teve produção científica em artigos. As regiões Sudeste e Sul concentram a produção científica do PELC (81,09%), enquanto a região Norte não publicou, o que aponta para a lacuna de pesquisa sobre a temática na região.

Sobre os periódicos científicos em que os artigos foram publicados, o Gráfico 3 mostra que a produção científica foi concentrada no campo da Educação Física, Esporte, Lazer e Educação. Destaca-se a Revista Licere, do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer, que concentrou 51,35% dos artigos, seguida pela Revista Movimento, com 13,51%, e Pensar a Prática, RBCE e Motrivivência com 8,11%.

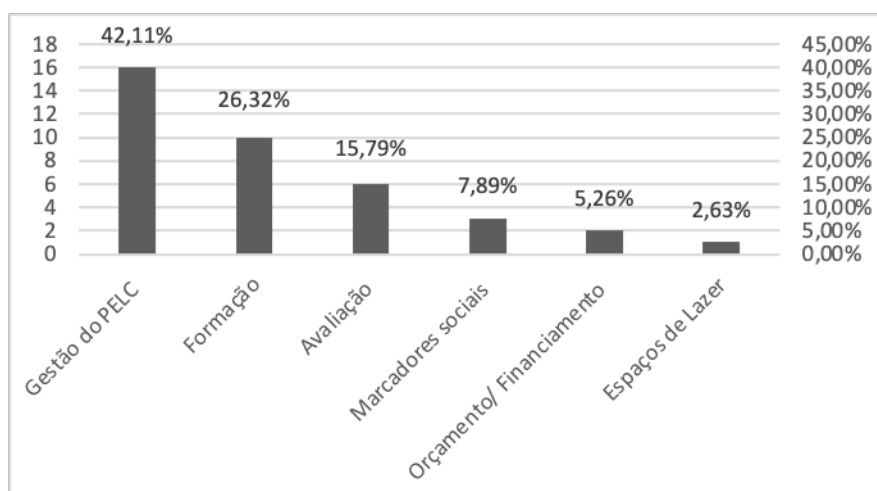
Gráfico 3: Periódicos acadêmicos em que os artigos foram publicados



Fonte: Elaboração própria.

Sobre as temáticas dos artigos, os resultados foram organizados a partir das categorias mais incidentes encontradas na revisão sistemática: 1) Gestão do PELC; 2) Formação; 3) Avaliação; 4) Marcadores Sociais e temas transversais; 5) Orçamento/Financiamento; 6) Espaços e equipamentos de lazer. Apesar dos artigos terem diferentes temáticas, levou-se em consideração o tópico central no momento de categorização e análise do artigo, conforme Gráfico 4 a seguir.

Gráfico 4: Categorias da Produção Científica sobre o PELC



Fonte: Elaboração própria.

Gestão do PELC

A primeira categoria analisada foi a “Gestão do PELC” e concentrou 43,25% da produção científica (n=16). O primeiro artigo analisado “Estatização, políticas sociais e lazer no Brasil” objetivou “analisar como o Estado organizou as políticas sociais de lazer no Governo Federal”. Os resultados indicaram que é possível evidenciar um discurso de defesa da estatização no PELC, com o objetivo de reversão das desigualdades sociais, o lazer como direito social, universal e democrático. O Estado por meio do programa busca ampliar a participação da sociedade civil, realizar a formação dos gestores, agentes sociais e respeitar as diversidades culturais, com ênfase na intergeracionalidade e intersetorialidade. Por fim, conclui-se que falta clareza sobre o papel do Estado e concepção de lazer no documento analisado foi o fator que mais compromete a execução do PELC (ALMEIDA, 2010).

O segundo artigo da categoria foi escrito por Rechia, Tschoke e Moro (2012), com o título “Espaço univer-cidade e PELC: a experiência do grupo GEPLEC/UFPR na gestão do Programa Esporte e Lazer na Cidade de Curitiba”. O artigo objetivou “descrever os procedimentos didático-metodológicos que conduziram a implantação do PELC/UFPR desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Lazer, Espaço e Cidade (GEPLEC)”. Os resultados indicaram que o núcleo Audi/União se materializou na cidade de Curitiba/PR e ofertou atividades culturais como forma de lazer para a população local em seu tempo de “não trabalho”. Por intermédio da gestão democrática do núcleo, possibilitou que os líderes comunitários e professores envolvidos pudessem repensar suas práticas pedagógicas a partir de um trabalho coletivo.

O terceiro artigo “Esporte e segurança em uma ‘sociedade de projetos’” teve como objetivo “discutir o PELC e o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) no estabelecimento de políticas de Estado entre esporte e

segurança”. O ensaio estabelece uma relação entre programas de esporte e segurança, como possibilidade para ser implementado na cidade de Rio Grande/RS. A discussão realizada envolveu o núcleo do PELC/PRONASCI (extinto no atual formato do programa), no ano de 2009, para jovens entre 15 e 24 anos em situação de vulnerabilidade social e econômica, com vistas à qualidade de vida. Por fim, realizou-se uma reflexão sobre a “sociedade de projetos” como o PELC/PRONASCI, que se tornaram atrativos por ter um tempo de intervenção, elaborado para ação, em um determinado território, exige um plano, custo estimado para as condições, com excesso de aparato burocrático para formulação e aprovação (HECKTHEUER, 2012).

O artigo “O papel das instituições no controle social do PELC Campinas” escrito por Silva, Toledo e Amaral (2012) foi o quarto artigo analisado. O objetivo foi identificar “os desafios que as instituições participantes encontraram para efetivar o controle social no PELC Campinas/SP”. Para tanto, como nenhuma instituição tinha experiência de uma entidade de controle social em suas ações, ficou à cargo da Faculdade de Educação Física da Unicamp realizar todo esse monitoramento. Desse modo, reportou-se inexperiência por parte das instituições envolvidas no que diz respeito ao controle social. Cada instituição tinha interpretação distinta sobre a temática, ligadas aos seus interesses e trajetórias. Em conclusão, o PELC Campinas possibilitou novas compreensões a todo o grupo envolvido (de gestores até a comunidade) e contribuiu para a construção de novos instrumentos de controle social, por meio da gestão compartilhada.

O quinto artigo da categoria, escrito por Venturim, Borges e Silva (2013) buscou discutir “a intersetorialidade quanto ao planejamento, implementação e avaliação do PELC Vitória”. Intitulado de “Estratégias de gestão pública na prefeitura de Vitória/ES: o PELC e a intersetorialidade das ações”, o artigo discutiu três categorias de análise: 1)

concepção de intersetorialidade; 2) possibilidades e limites das ações intersetoriais; 3) possibilidade de participação da sociedade civil na gestão pública intersetorial. A partir das respostas dos gestores, pode-se afirmar que a compreensão de intersetorialidade está atrelada a parcerias, “restrita a troca de favores na realização de eventos pontuais”. Diagnosticaram que as ações que envolveram o termo se mostraram pontuais, inexpressivas, iniciais, longe de serem constituídas de um planejamento para as ações intersetoriais. A participação da sociedade civil foi mínima e questionável, por ser incentivada apenas por vias institucionalizadas e burocráticas.

O sexto artigo “Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade” analisou a partir do “subcampo político/burocrático, o processo de implementação e desenvolvimento do PELC, partindo dos aspectos técnicos, conceituais e burocráticos do programa”. Destacou-se nos resultados que o programa surge a partir de uma disputa interna político/burocrática entre o PCdoB e PT na gestão do ME, com dificuldades de implementação por conta de ajustes orçamentários, que obrigaram os gestores do programa a buscarem aporte via emendas parlamentares. Quanto ao subcampo científico/acadêmico, dos aspectos conceituais, o estudo evidencia um aporte teórico que garante que o programa trata de uma política pública pautada em uma análise situacional (fato que o difere de outras ações de esporte e lazer, baseada no empirismo) (STAREPRAVO; MARCHI JÚNIOR, 2013).

No sétimo artigo “Programa Esporte e Lazer da Cidade: autogestão em foco”, Ribeiro e Ferraz (2016) investigaram a autogestão no conselho gestor do PELC de Barroquinha/CE. A autogestão conforme diretrizes do PELC se refere à consolidação do convênio no município e foi criado um conselho gestor que ficaria responsável pela avaliação em curso do programa. A partir das atas de reuniões, reportaram que

problemas importantes no cotidiano das oficinas foram discutidos, como a falta de materiais, rotatividade dos profissionais e atrasos salariais dos agentes sociais. O método encontrado pelo conselho gestor para solucionar tais problemas foi o diálogo direto com o secretário de esporte local, que assumiu todas as responsabilidades, principalmente no que tange o orçamento. Deste modo, os autores concluem que o conselho gestor mesmo não tendo “grande alcance deliberativo” tem capacidade para cobrar por ações adequadas.

O oitavo artigo “Municipalização do esporte e do lazer” objetivou “investigar como tem acontecido a descentralização das políticas públicas de esporte e lazer a partir das contribuições do PELC, quanto à municipalização”. Evidenciou-se que o PELC apresentou impactos positivos para a comunidade e municipalização em Ivoti/RS. O PELC proporcionou o aprimoramento das ações, a ampliação das atividades que já eram ofertadas (pelo Programa de Integração e Cidadania pelo Esporte - PICE), além de estimular o debate nas formações continuadas, previstas nas diretrizes, acerca da municipalização. O governo municipal reconheceu as contribuições que o programa deixaria após o término do convênio e assumiu a responsabilidade de aprimorar o que foi iniciado. A partir do financiamento exclusivo do município, ressignificou espaços físicos, ampliou oficinas, aprovou um projeto de lei e criou o “Programa Lazer Unindo Gerações (PLUG)” (PINTOS; ATHAYDE; GODOFLITE, 2017).

O nono artigo “Análise do desempenho do edital de 2012 do PELC” teve como objetivo “compreender se as propostas aceitas garantiram o acesso de municípios com maior vulnerabilidade, havendo assim, uma descentralização do programa”. Os resultados apontaram um número pequeno de municípios que apresentaram propostas, bem como o número de propostas aceitas. A maioria das propostas vieram de regiões com grande vulnerabilidade social, por tanto, não houve falta de informação ou

conhecimento que justificasse o pequeno número de interessados. No que tange às propostas aprovadas, os municípios com menor vulnerabilidade foram favorecidos. Das 26 propostas aceitas, 12 foram para cidades com menor vulnerabilidade, enquanto apenas quatro propostas foram para os municípios com maior vulnerabilidade. Portanto, fica evidente a concentração de recursos em municípios que menos precisam. Conclui-se que os critérios de seleção “privilegiam os municípios menos vulneráveis em detrimento dos mais vulneráveis” (SANTOS, 2017).

De forma semelhante ao anterior, o décimo artigo o “Perfil das prefeituras que descentralizaram o PELC de 2003 a 2012” objetivou “conhecer o perfil dos municípios que conseguiram desenvolver o PELC entre 2003 e 2012”. Os resultados indicaram que a região Norte e Sul tiveram maior adesão, enquanto o Nordeste teve o menor percentual de convênios. O estado do Amapá foi o único que não conseguiu estabelecer nenhum convênio nos 10 primeiros anos do programa. Em conclusão, os municípios que obtiveram mais de quatro convênios foram capitais, municípios da região metropolitana de Porto Alegre e a cidade de Alegre no Rio Grande do Sul (SANTOS; STAREPRAVO; HIRATA, 2018).

O décimo primeiro artigo denominado de “Programa ‘Esporte e Lazer da Cidade’: onde o político/burocrático e o científico/acadêmico se encontram?” objetivou “identificar se o subcampo político/burocrático de esporte e lazer (representado aqui pelo PELC) tem se apropriado da produção do subcampo científico/acadêmico que discute as políticas públicas de esporte e lazer (pensado a partir da Rede Cedes)”. Na percepção dos gestores, o Centro de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e Lazer (Redes Cedes) corresponde a uma ação que busca fomentar a discussão conceitual sobre as políticas públicas. No entanto, os resultados indicaram que existe um desinteresse do subcampo político/burocrático nos conhecimentos produzidos pelo subcampo científico-

acadêmico, uma vez que os cargos de gestores são ocupados por critérios políticos. Os entrevistados indicaram que os gestores em um futuro poderão incorporar os conhecimentos científicos, mas é preciso criar um sistema de formação consistente, bem como disponibilizar a produção científica nas plataformas online e impressa (STAREPRAVO *et al.*, 2018).

O artigo “Práticas de gestão do conhecimento no Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável” foi o décimo segundo artigo investigado. O objetivo foi “analisar as práticas de Gestão de Conhecimento do programa”. Os resultados indicaram que: a formação modular possibilita o compartilhamento de conhecimentos da produção científica; a observação da comunidade local deve ser considerada, como forma de valorizar a cultura e as necessidades do público-alvo; o registro de lições aprendidas devem ser realizadas para evitar o retrabalho; as reuniões são espaços de planejamento, estruturação, organização, troca de informações e tomada de decisão; os diálogos informais devem ser considerados como forma de fortalecimento das relações sociais; as produções científicas devem ser socializadas como forma de auxiliar a gestão; a Educação a Distância (EaD) se configura como uma alternativa para compartilhar os conhecimentos científicos em rede e ampliar a formação continuada dos agentes sociais (MELO; BOLETINI; COUTO, 2018).

No décimo terceiro artigo intitulado “Municípios e propostas vulneráveis: uma análise do edital 2013 do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)”, escrito por Santos *et al.* (2019), delinearam o perfil das prefeituras que não atingiram a pontuação mínima de 50 pontos no edital de 2013 do referido programa. Considerou-se quatro critérios de vulnerabilidade para análise: 1) municípios pertencentes ao semiárido; 2) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); 3) tamanho da população; 4) necessidade de utilização do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os achados principais

indicaram que 33,73% das propostas excluídas pertenciam ao semiárido brasileiro. Quanto ao IDH, foram recebidas 222 propostas de municípios com classificação baixa ou muito baixo e 84,14% dessas foram negadas. Municípios com menos de 20 mil habitantes, 70,27% do número total das cidades brasileiras, representaram 21,71% das propostas recusadas. Por fim, dos 3.693 municípios que dependem do FPM, 623 enviaram propostas para o edital 2013 e 83,12% tiveram propostas reprovadas. Em síntese, o edital foi negligente e provocou mais desigualdades de acesso às políticas públicas de esporte e lazer, ao priorizar aspectos técnicos (capacidade de escrita e elaboração de projetos) na seleção das propostas e aspectos políticos (fatores de vulnerabilidades econômicas e sociais) somente em caso de empate.

O décimo quarto artigo da categoria foi intitulado de “PELC-Bagé: caminhos de uma experiência pioneira (2004-2008)” e teve como objetivo “analisar o caminho de implementação do PELC na cidade de Bagé/RS”. O estudo fez uma análise do caminho percorrido pela gestão de Bagé para que o núcleo piloto do PELC fosse implementado. A cidade se encaixou nos critérios socioeconômicos impostos pelo ME e nos fatores políticos. Evidenciou-se com a fala da equipe gestora do ME, que o programa desenvolvido foi um sucesso, e isso só foi possível porque os gestores locais compreendiam a importância da existência do PELC na vida da comunidade, não mediram esforços para o aprimoramento, principalmente quanto aos aspectos orçamentários. Os gestores trabalharam para construção de políticas públicas no âmbito do esporte e lazer, com incentivos a participação da sociedade civil (ANJOS; ANDRES; GOELLNER, 2020).

O penúltimo artigo da categoria “Controle e participação social no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): reflexões sobre o papel e a atuação das instituições”, objetivou “analisar o papel desempenhado pelas entidades de controle

social durante a execução dos convênios firmados entre 2013 e 2017”. Para compreender como funcionou a indicação dos conselhos gestores de cada convênio (do período analisado), buscaram em um primeiro momento as regiões que tiveram mais convênios firmados com o então ME. O Sudeste aparece como a região com maior número de programas, enquanto a região Norte não teve nenhum convênio firmado. Avaliaram índices como o IDH e relataram que as regiões Sul e Sudeste apresentaram um maior volume de indicações de conselhos gestores, fato que permitiu concluir que quanto maior o “nível de maturação administrativa” mais a população será incentivada a participar das ações de políticas públicas. Identificou-se 35 municípios que não indicaram um conselho gestor ou que indicaram instituições privadas que tinha associação com o programa. Além disso, outros municípios que almejavam um convênio buscaram saídas quanto a inexistência de conselhos na gestão e indicaram conselhos que não tinham ligação com o esporte e o lazer. Os conselhos gestores apresentados na maioria dos convênios, sobretudo instituições privadas ou instituições sem qualquer vínculo com o esporte e lazer, surgem para cumprir com a obrigatoriedade prevista no edital e não assumem o verdadeiro papel de controle social do programa (UNGHERI; ISAYAMA, 2020a).

O último artigo “Esporte e lazer: reflexões sobre o não planejamento de políticas públicas” objetivou apontar “reflexões sobre a etapa de planejamento dos convênios do PELC”. Os principais achados indicaram que 30% dos municípios não apresentaram documentos de planejamento das ações de municipalização do programa. Apesar do PELC caminhar para ser uma política de Estado, sugere-se uma valorização do processo de planejamento, que transcenda o mero mecanismo formal e burocrático. O planejamento corresponde a um elemento central para a garantia do lazer como direito social (UNGHERI; ISAYAMA, 2020b).

Formação

A segunda categoria “formação”, concentrou 27,03% da produção científica (n=10). O primeiro artigo foi intitulado de “Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória - ES”, com o objetivo de “discutir a experiência formativa do PELC, e apontar as qualidades, potencialidades e dificuldades”. Os principais resultados indicaram que o módulo introdutório como curso isolado foi insuficiente para o desenvolvimento profissional, apesar de permitir a troca entre agentes sociais, coordenadores de núcleo e professores formadores. A formação realizada via módulo introdutório envolveu a origem do programa, principais conceitos, metodologia de intervenção pedagógica, diretrizes nacionais e ressignificação da aprendizagem adquirida na formação inicial da graduação. As potencialidades da formação contribuíram nos saberes práticos, construção da identidade profissional e reflexão sobre o acesso ao direito social. As principais dificuldades foram a desconsideração das experiências anteriores, a ausência de divulgação das atividades, tempo insuficiente para formação, falta de infraestrutura e de materiais (SILVA; BORGES; ROELDES, 2014).

O segundo artigo foi intitulado “A atuação no PELC/UFES e a formação experiencial dos educadores sociais de esporte e lazer” e teve como objetivo “compreender de que modo a atuação no PELC vem repercutindo na formação experiencial dos educadores sociais”. Os resultados destacaram que as experiências dos educadores sociais (agentes sociais) antes da atuação no PELC, estiveram relacionadas à formação inicial da graduação, como projetos de extensão. Os agentes sociais destacaram que o programa surgiu como um espaço de intervenção e formação, e contribuiu para adquirir novas experiências práticas. Por fim, constatou-se a construção

de identidades dos agentes sociais enquanto mediadores do conhecimento sobre o programa (CASTRO; GUNTHER; WITTIZORECKI, 2014).

O artigo “A formação dos educadores sociais no Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC - em Porto Alegre” foi o terceiro artigo analisado. O objetivo foi “compreender a relação que os educadores sociais (agentes sociais) determinam entre a formação e a prática pedagógica aplicada às comunidades atendidas”. Os autores analisaram os resultados em dois momentos (as formações oferecidas pelo programa e as práticas pedagógicas utilizadas). As formações foram importantes, mas de acordo com os agentes sociais de esporte e lazer, o tempo era muito curto para realização do módulo de formação, com excesso de conteúdos teóricos e desconectadas da realidade. Os agentes julgaram que as formações deveriam oferecer um cardápio de atividades, enquanto os coordenadores indicavam a possibilidade de ação, reflexão e ação (TONDIM; MOLINA NETO; WITTIZORECKI, 2014).

Com resultados semelhantes aos três primeiros artigos da categoria, o quarto artigo “O núcleo palma do Programa Esporte e Lazer da Cidade - povos e comunidades tradicionais da Universidade Federal de Santa Maria: sua inserção e relação com o processo formativo em Educação Física”, de autoria de Castilhos, Silva e Ojeda (2014), objetivou “discorrer sobre o PELC e o seu impacto na formação dos acadêmicos de Educação Física”. Os principais achados indicaram que o maior desafio foi a fragmentação da formação inicial centrada na teoria e desconectada da realidade em que os profissionais irão enfrentar na prática. A formação continuada oferecida pelo PELC deve estar relacionada ao aprendizado obtido pelos agentes a partir do contexto de atuação, uma vez que essas experiências interferem nas escolhas profissionais, além de possibilitar o exercício da cidadania por seus beneficiários.

O quinto artigo “Trabalhadores do Lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade: uma aproximação à definição do perfil” objetivou caracterizar o perfil dos agentes sociais do PELC. Os resultados sinalizaram que o perfil dos trabalhadores do lazer, 54% são homens e 46% são mulheres. Sobre o nível de escolaridade, 48% possuem nível superior completo, 42% nível médio e 10% nível fundamental. Os trabalhadores apresentaram uma transitoriedade no PELC, o que limita a formação de um quadro para atuação profissional em políticas públicas de forma contínua (ALMEIDA; WIGGER; NERI, 2014).

O sexto artigo foi intitulado “Formação e atuação profissional no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Ubá, Minas Gerais” e teve como objetivo “analisar a formação e a atuação dos coordenadores e agentes sociais do PELC-Ubá/MG”. A partir dos resultados ficou evidente que os aspectos experienciais foram mais relevantes e prioritários na atuação dos colaboradores durante a execução do programa. Quanto às formações oferecidas pelo ME, os agentes sociais reafirmaram a importância, mas criticaram que os módulos são mais teóricos que práticos e com tempo de duração insuficiente. As principais dificuldades relatadas diziam respeito à relação teoria e prática, intervenção e aplicabilidade metodológica no cotidiano de cada núcleo e desconhecimento das diretrizes do PELC (SOARES *et al.*, 2015).

“O esporte e suas práticas no PELC: desafios para a educação a distância” foi o sétimo artigo e teve como objetivo “analisar as características e implicações da formação a distância a partir da temática do esporte e suas práticas no programa”. A partir de uma reflexão realizada no Encontro de Formação da Equipe do PELC-VS, bem como da supervisão da autora no curso EaD do PELC da UFMG. A EaD do PELC ocorre por ambiente virtual de aprendizagem, redes sociais, blogs, chats, mediados pedagogicamente pelo professor, tutor e aluno. Os resultados indicaram que a formação

no contexto da EaD deve envolver o esporte como prática social, pautada em um processo coletivo, que permite a constituição de identidades, aprendizagem de técnicas e noções de acesso e permanência. A educação e aprendizagem devem ocorrer de forma contínua, inclusive em espaços EaD (FARIA, 2017).

O oitavo artigo “Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade” teve como objetivo “analisar a construção dos saberes dos formadores do programa, trajetória, espaços, pessoas e instituições que influenciaram no desenvolvimento profissional. Os principais achados indicaram que a trajetória profissional dos formadores do PELC em âmbito nacional se desenvolveu em diferentes espaços e experiências, como a prática esportiva na escola e a brincadeira de rua. A prática esportiva influenciou diretamente na escolha da formação inicial em educação física, comum entre os professores formadores entrevistados. As atividades curriculares e extracurriculares foram fundamentais para atuação em políticas públicas de lazer (CAPI; ISAYAMA, 2019).

O penúltimo artigo “A atuação no núcleo rural do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Santa Maria/RS: percepções sobre a formação de dois professores de Educação Física”, de autoria de Castilhos, Castro e Camargo (2019), buscou “compreender de que forma a experiência no núcleo rural contribuiu para a formação dos professores”. Os resultados demonstraram que enquanto para um professor atuar no núcleo rural não foi difícil, uma vez que era morador da região e conhecia a realidade local, para o outro foi um grande desafio, pois além da busca incessante por conhecimento, precisou encontrar maneiras para se inserir na comunidade. Em síntese, ressaltaram que, apesar das dificuldades e facilidades de cada um, ambos demonstraram grande necessidade de reflexão da prática docente e o PELC foi uma experiência

significativa, pois proporcionou contatos iniciais dos profissionais com os espaços de atuação e comunidade atendida.

O artigo “O PELC - Povos e comunidades tradicionais e a formação de professores do CEFD” foi o último artigo da categoria e teve como objetivo compreender de que modo a experiência de atuação como agente social do PELC repercutiu na formação inicial dos acadêmicos do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da UFSM. Os principais achados indicaram que a atuação no PELC possibilitou aos agentes sociais novos desafios, aprendizagens e interligação entre conhecimentos teóricos e práticos. A formação adquirida na atuação do programa permitiu o desenvolvimento profissional por meio de um processo formativo conectado com a realidade social (RAZEIRA *et al.*, 2020).

Avaliação

A terceira categoria foi a “avaliação” e apresentou 13,50% (n=5). O primeiro artigo foi intitulado “Compreensões sobre o Lazer: uma análise do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Minas Gerais”, escrito por Mendes e Cunha Júnior (2009), com o objetivo de “analisar as concepções e compreensões sobre o lazer de entidades que almejavam o convênio no ano de 2007”. Após análise dos resultados, ficou evidente que existem conflitos de conceitos e teorias entre os gestores e as diretrizes nacionais. Apesar das propostas apresentarem compreensões e concepções de lazer, demonstraram apenas uma reprodução de elementos importantes contidos nos documentos do PELC sem conseguir de fato justificar. Não abordaram todos os princípios norteadores do PELC e enfatizaram a análise nas atividades propostas quase que exclusivamente no interesse físico-esportivo, além de acreditarem que o PELC pode ser uma forma de

descoberta e captação de talentos para o esporte de rendimento, o que contraria as diretrizes do programa.

O segundo artigo foi intitulado “As Políticas Públicas de Lazer na mediação entre Estado e Sociedade: possibilidades e limitações”, com o objetivo de “avaliar o PELC a partir da sua eficiência, eficácia e efetividade social”. Os resultados apontaram que a falta de conhecimento sobre o PELC e os seus objetivos interferiram diretamente na atuação dos trabalhadores, tanto dos agentes quanto dos beneficiários, o que impossibilitou alcançar a efetividade social. A falta de materiais adequados e o número insuficiente de agentes sociais dificultou a aplicabilidade e o cotidiano do programa. Além disso, os próprios gestores reconheceram que as ações do PELC atenuaram a desigualdade social, elemento contraditório quanto ao princípio de democratização contemplado nas diretrizes nacionais (AREIAS; BORGES, 2011).

O artigo “Política social de esporte e lazer no governo Lula: o Programa Esporte e Lazer da Cidade” foi o terceiro artigo analisado e buscou indicar os avanços, limites e desafios das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo Federal. Os resultados em destaque afirmaram que o PELC apresenta uma nova perspectiva para o campo das políticas públicas de esporte e lazer, ao objetivar o atendimento do direito social. No entanto, os gestores não compreendem o PELC como uma política social universalista. Além disso, a divisão orçamentária para cada secretaria foi desigual no período pesquisado, uma vez que a dimensão do esporte de rendimento concentra os recursos ordinários do ME. Enquanto isso, o PELC depende dos recursos das emendas parlamentares (TEIXEIRA *et al.*, 2014).

O quarto artigo foi intitulado de “Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida saudável (VS)”. O objetivo foi “analisar o monitoramento e avaliação do PELC e VS entre os anos de 2013 e 2015”.

Os resultados indicaram uma concentração de convênios do programa na região Sudeste, em cidades de médio e grande porte (maior ou igual a 50 mil habitantes), com maior concentração do PELC em relação ao VS. Todos os municípios contemplados pelos Programas (PELC e VS) tinham uma organização no que diz respeito à política esportiva local. Por fim, apesar dos resultados fornecidos pelo Sistema de Informação do PELC (Mimboé) serem positivos em relação aos objetivos dos programas, existem muitos desafios a serem superados, como a concentração de convênios na região Sudeste e as incertezas quanto a municipalização das atividades (SOARES; GUADANINI, 2018).

O último artigo da categoria foi intitulado “Monitoramento e avaliação de políticas e programas de esporte e lazer: a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade”, com objetivo de analisar como ocorreu a formulação e implementação do Mimboé. Os resultados apontaram que o monitoramento/avaliação da ação tem como objetivo cumprir as metas. No entanto, no diz respeito ao PELC, evidenciaram uma ênfase em aspectos ligados à implementação e formação dos agentes sociais. Quanto ao Mimboé, afirmaram que há muito a ser aprimorado, com a esperança de concretizar as expectativas geradas sob o sistema em consonância com as diretrizes nacionais (PINTOS; MASCARENHAS; ATHAYDE, 2019).

Marcadores Sociais e Temas Transversais

Na quarta categoria foi discutido “os marcadores sociais e temas transversais”, com 8,11% (n=3). O primeiro artigo analisado foi intitulado “Lazer e gênero nos programas de esporte e lazer das cidades”, e discutiu as desigualdades de gênero na participação em atividades de lazer, e utilizou o PELC, implementado em Porto Alegre e Rio de Janeiro, como fonte para a coleta dos dados. A pesquisa buscou “compreender

porque pessoas de gênero diferentes dificilmente praticavam atividades juntas”. Os resultados indicaram que teve baixa participação das mulheres no PELC, em Porto Alegre, por conta da jornada de trabalho, obrigações domésticas e familiares. Enquanto os homens, com uma visão de provedor tinha mais tempo, após o trabalho, para a prática de atividades de lazer. No Rio de Janeiro, por sua vez, ficou evidente a participação das mulheres independente do espaço, enquanto os homens tinham mais dificuldades em participarem das oficinas. A justificativa da mínima participação dos homens foi a baixa intensidade da atividade. Outra barreira encontrada foi a vergonha, as mulheres praticavam as atividades que tinham o perfil feminino e os homens as atividades com perfil masculino, e caso alguém viesse a se interessar por atividades do gênero oposto tinha sua sexualidade posta à prova (GOELLNER *et al.*, 2010).

O artigo “Educação Ambiental e o Programa Esporte e Lazer da Cidade: uma análise de possibilidades nas políticas públicas” foi o segundo analisado. O objetivo foi “analisar os relatórios de planejamento, implementação, acompanhamento e avaliação de sete convênios do PELC, bem como identificar entre os aspectos teóricos e práticos a relevância para tal relação”. Os resultados evidenciaram que o PELC, por meio das diretrizes e ações, pode ser um aliado da educação ambiental. O PELC e a educação ambiental visam a construção do conhecimento e pensamento crítico, apropriação de locais pela população atendida, a troca de experiências e valores, além de buscarem a formação de uma consciência ética (DOMINGUES *et al.*, 2011).

O último artigo da categoria foi intitulado de “Programa Esporte e Lazer da Cidade: Interfaces entre o PELC e as desigualdades sociais”, de autoria de Vieira *et al.* (2017), com o objetivo de analisar o programa como um mecanismo de redução das desigualdades sociais. A partir dos resultados foi possível notar uma redundância entre a aplicabilidade do programa e seus objetivos. Além disso, existe um maior número de

convênios em regiões com maior IDH, já que tal índice só foi considerado em caso de empate entre as propostas concorrentes.

Orçamento/Financiamento

Na quinta categoria, denominada de “orçamento/financiamento” teve 5,41% da produção científica (n=2). O primeiro artigo foi intitulado “O Programa Esporte e Lazer da Cidade nos planos plurianuais do Governo Federal: o ‘estresse esportivo’ do PELC”, com o objetivo de “analisar o planejamento e o orçamento voltado para o esporte recreativo e o lazer no Brasil em dois PPAs (2008-2011 e 2012-2015), coletados no Portal da Transparência, da Controladoria Geral da União (CGU) e ME”. Comprovou-se, que o PELC falhou ao propor a auto-organização comunitária e autogestão. A ausência de um fundo público proporcionou uma descontinuidade na distribuição de recursos para o programa, seguida de uma instabilidade no padrão de financiamento. Reportou-se nos resultados uma concentração de recursos para a construção de infraestrutura esportiva em detrimento dos investimentos para o funcionamento do programa e formação dos agentes sociais de esporte e lazer. Por fim, os resultados indicaram que o PELC historicamente foi dependente de emendas parlamentares, o que limitou o desenvolvimento da política social esportiva e de lazer em âmbito nacional (SOARES, 2017).

O segundo artigo com o título “Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: uma análise da composição orçamentária (2004-2011)”, de forma semelhante ao anterior objetivou averiguar a composição orçamentária do PELC no período de 2004 a 2011. Os resultados reforçaram que o PELC foi um dos programas de esporte e lazer que menos recebeu recursos financeiros via Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), com dependências das emendas parlamentares. No montante total dos recursos do

PELC, 5 bilhões (cerca de 5% dos recursos voltados para o ME), só foi executado 60% desse valor. A utilização parcial do orçamento pode ser justificada pelos acordos políticos entre o Executivo e o Legislativo. Os achados reforçaram que o esporte e lazer enquanto direitos sociais não foram prioridades no planejamento orçamentário do sistema executivo brasileiro e que os recursos do PELC foram direcionados para construção de equipamentos esportivos (CASTRO; STAREPRAVO; SOUZA, 2018).

Espaços e Equipamentos de Lazer

Na sexta e última categoria “Espaços e equipamentos de lazer” foi encontrado apenas 2,70% da produção (n=1). O artigo foi intitulado “As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos” e teve como objetivo “investigar como se estabelece as forças sociais e a desapropriação ou apropriação dos espaços públicos de lazer”. Os principais resultados indicaram o alcance de alguns objetivos específicos do programa, presentes nas Diretrizes Nacionais de 2016 após a implementação do PELC na Vila Audi, em Curitiba/PR. A comunidade teve a oportunidade de se apropriar dos espaços e equipamentos de lazer que foram ofertados. Os beneficiários puderam construir um sentimento de pertencimento com a cultura local e se fortaleceram como lideranças sociais (TSCHOKE *et al.*, 2011).

Por meio das atividades sistemáticas e assistemáticas (oficinas/atividades e eventos ofertados pelo PELC) que foram realizadas na Vila Audi, ficou evidente que os locais não eram frequentados por conta do medo gerado pela falta de segurança, pelas características dos frequentadores que tomavam conta das praças e outros equipamentos de lazer. Esses motivos resultaram no distanciamento e na desapropriação dos espaços, e mesmo as lideranças, que demonstraram conhecimento dos direitos constitucionais

que envolvem a temática, não conseguiram que as ações públicas chegassem até os moradores da região e que os equipamentos fossem ocupados. Por fim, o posicionamento e a influência de lideranças comunitárias e sociais impacta diretamente na ocupação e na apropriação dos equipamentos de lazer existentes dentro das comunidades, e para que haja apropriação desses locais é fundamental que as pessoas sejam estimuladas (TSCHOKE *et al.*, 2011).

No Quadro 2 foi apresentado o conjunto de métodos de pesquisa utilizados na produção científica sobre o PELC.

Quadro 2: Material e métodos de pesquisa

Pesquisa descritiva	Santos (2017); Venturim, Borges e Silva (2013); Santos, Starepravo e Hirata (2018); Areias e Borges (2011); Santos <i>et al.</i> (2019)
Pesquisa exploratória	Ungheri e Isayama (2020); Castilhos, Silva e Ojeda (2014); Teixeira <i>et al.</i> (2014); Castro, Starepravo e Souza (2018)
Estudo de caso	Castilhos, Castro e Camargo (2019); Melo, Boletini e Couto (2018); Almeida, Wigger e Neri (2014); Soares <i>et al.</i> (2015); Razeira <i>et al.</i> (2020)
Abordagem qualitativa	Venturim, Borges e Silva (2013); Areias e Borges (2011); Castilhos, Silva e Ojeda (2014); Melo, Boletini e Couto (2018); Soares <i>et al.</i> (2015); Todim, Molina Neto e Wittizorecki (2014); Razeira <i>et al.</i> (2020)
Abordagem quantitativa	Santos, Starepravo e Hirata (2018); Castro, Starepravo e Souza (2018); Soares e Guadanini (2018)
Abordagem quanti-qualitativa	Teixeira <i>et al.</i> (2014); Santos <i>et al.</i> (2019)
Pesquisa de campo (observação e etnografia)	Silva, Toledo e Amaral (2012); Silva, Borges e Roeldes (2014); Goellner <i>et al.</i> 2010
Pesquisa de campo (entrevista)	Venturim, Borges e Silva (2013); Areias e Borges (2011); Castilhos, Castro e Camargo (2019); Soares <i>et al.</i> (2015); Starepravo, Marchi Jr (2013); Castro, Gunther e Wittizorecki (2014); Silva, Borges e Roeldes (2014); Goellner <i>et al.</i> 2010; Todim, Molina Neto e Wittizorecki (2014); Capi e Isayama (2018); Razeira <i>et al.</i> (2020)
Pesquisa de campo (questionário)	Ungheri e Isayama (2020a); Melo, Boletini e Couto (2018); Almeida, Wigger e Neri (2014); Starepravo <i>et al.</i> (2018)
História Oral	Anjos, Andres e Goellner (2020)
Pesquisa documental	Almeida (2010); Castilhos, Silva e Ojeda (2014); Ribeiro e Ferraz (2016); Soares e Guadanini (2018); Castro, Gunther e Wittizorecki (2014); Domingues <i>et al.</i> (2011); Soares (2017); Todim, Molina Neto e Wittizorecki (2014); Ungheri e Isayama (2020b)
Análise de conteúdo	Castro, Starepravo e Souza (2018); Melo, Boletini e Couto (2018); Mendes e Cunha Júnior (2009)
Relato de experiência	Rechia, Tschoke e Moro (2012); Pintos, Athayde e Godoflite (2017); Pintos, Athayde e Godoflite (2017); Tschoke <i>et al.</i> (2011)
Ensaio	Hecktheuer (2012); Faria (2017)

Fonte: elaboração própria

Observou-se a falta de detalhamento metodológico na produção científica do PELC, foram encontrados artigos sem descrições metodológicas e critérios científicos definidos, o que limita o desenvolvimento acadêmico das políticas públicas de esporte e lazer e a replicação dos métodos em diferentes contextos de pesquisa e convênios. Existe ainda uma concentração de pesquisas descritivas, exploratórias e estudos de caso, com a utilização frequente de análise de documentos e entrevistas, a partir de uma abordagem qualitativa. As pesquisas minimamente realizam triangulação de métodos de coleta de dados. Em síntese, os resultados do Quadro 2 sinalizam para a necessidade de ampliação de pesquisas etnográficas, história oral e pesquisa-ação, bem como a utilização da abordagem quantitativa na análise. Não foram reportados artigos de revisão sistemática ou revisão integrativa, o que torna o artigo atual original, além de uma síntese relevante para o entendimento da produção científica sobre o PELC.

Considerações Finais

O PELC, desde 2003, corresponde ao principal programa de lazer e esporte recreativo no Brasil, conforme número de artigos analisados na presente pesquisa. O programa apresenta longevidade e se manteve nos governos até o momento do fim de coleta de dados, em 2020, o que indica a consistência do seu desenho conceitual. Na produção científica, apesar da sua criação em 2003, tornou-se objeto de pesquisa em artigos a partir do segundo mandato do ex-presidente Lula, com picos de análises nos anos pós-governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), nos anos de 2017 e 2018. A produção científica demonstra um esforço da comunidade científica em estabelecer análises sobre as políticas esportivas desenvolvidas pelo Governo Federal, sobretudo durante a existência do ME.

Um número maior de produção científica nas regiões Sul e Sudeste está relacionada a concentração de pesquisadores, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação na área de educação física, esporte e estudos do lazer. A produção científica em artigos científicos, se consideramos a quantidade de anos do programa e a quantidade de municípios que implementou, foi incipiente e dispersa entre vários pesquisadores. Vale ressaltar que existe uma produção científica extensa em livros, dissertações e teses que podem ser analisados em futuros artigos, que não foram possíveis de serem incluídos na amostra presente. A revista *Licere* concentrou a produção nacional, resultado esperado, já que corresponde ao periódico científico que se dedica a publicar prioritariamente textos sobre o lazer.

No que se refere à produção científica sobre o PELC, nota-se o predomínio de estudos sobre a gestão, sobretudo no que diz respeito à concepção de lazer do programa, formação de líderes para atuação na comunidade e nos conselhos gestores, dificuldades de autogestão/municipalização/continuidade dos núcleos ao fim do convênio, dificuldade de intersetorialidade das ações e gestão compartilhada. Por fim, destaca-se a concentração de convênios nos municípios com capacidade técnica de gestão e IDH alto, o que tem gerado mais desigualdades.

Outros dois temas que se destacaram foram a formação e a avaliação. Trata-se de aspectos importantes para o desenvolvimento de qualquer política social. As formações realizadas no PELC são um dos pilares centrais da política pública, uma experiência que além de qualificar a intervenção dos profissionais, serve de exemplo para outros programas, mas precisa avançar para além dos conhecimentos teóricos, a partir de uma maior aproximação com realidade dos núcleos, consideração das experiências anteriores dos coordenadores/agentes sociais dos núcleos e alinhamento/cumprimento dos prazos no que diz respeito às diretrizes nacionais. Na

temática da avaliação, configura-se como uma das principais lacunas no desenvolvimento de programas sociais e no PELC foi um dos pontos frágeis. O processo não pode ser centrado em métrica quantitativa e realizada ao final dos convênios. Dessa forma, precisa avançar para um acompanhamento e monitoramento contínuo na execução dos convênios, com avaliações de gestores, agentes sociais e beneficiários.

Na temática orçamento/financiamento foi reportada a necessidade de criação de um fundo público, previsão de orçamento anual para o programa e menor dependência das emendas parlamentares. Por fim, as temáticas marcadoras sociais e temas transversais demonstraram o potencial do programa em discutir gênero e meio ambiente, e na temática espaços e equipamentos de lazer, pode-se destacar a necessidade de mais pesquisas sobre a ocupação dos espaços públicos como possibilidade de acesso ao direito.

Quanto aos referenciais teóricos metodológicos, nota-se uma forte influência de estudos das ciências sociais, o que era esperado, já que corresponde ao principal objeto das revistas com publicações de artigos sobre a temática. Da mesma forma, há um predomínio das investigações descritivas, qualitativas, a partir da análise documental. Sugere-se assim, pesquisas com uso de uma pluralidade e interdisciplinaridade metodológica, a partir de diferentes referenciais teóricos metodológicos. Por fim, com a extinção do ME no governo de Jair Messias Bolsonaro e com a extinção do Programa de Formação de Gestores e Agentes Sociais em parceria com a UFMG, pesquisas sobre as consequências dessas extinções são necessárias para uma maior compreensão sobre o PELC, uma vez que o programa perdeu espaço na estrutura governamental, apesar de seu desenho conceitual e representatividade no campo das políticas de lazer.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, D. F. de. Estatização, Políticas Sociais e Lazer no Brasil. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 13, n. 4, p.1-19, 2010. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2010.786>.
- ALMEIDA, D. F. de.; WIGGERS, I. D.; NERI, A. M. Trabalhadores do Lazer do Programa Esporte e Lazer da Cidade: uma aproximação à definição do perfil. **Movimento (Porto Alegre)**, v. 20, n.1, p. 215-238, 2014. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.40525>.
- AMARAL, S. C. F.; RIBEIRO, O. C. F.; SILVA, D. S. Produção científico-acadêmica em políticas públicas de esporte e lazer no Brasil. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 26, n. 42, p. 27-40, 2014. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2014v26n42p27>.
- AMARAL, S. C. F.; SILVESTRE, B. M.; BANDEIRA, M. M.; SILVA, D. S. Produção científica e contribuições do grupo de estudos e pesquisa em políticas públicas e lazer (GEP3L) da Unicamp. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 33, n. 64, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2021e78707>.
- ANJOS, L. A. dos; ANDRES, S. de S.; GOELLNER, S. V. PELC-Bagé: Caminhos de uma Experiência Pioneira (2004-2008). **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 23, n. 1, p. 239–262, 2020. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2020.19727>.
- AREIAS, K. T. V.; BORGES, C. N. F. As políticas públicas de lazer na mediação entre estado e sociedade: possibilidades e limitações. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33, n. 3, p. 573-588, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-32892011000300004>.
- BRASIL. **PELC**. Diretrizes 2016. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2016.
- BRASIL. **Decreto n. 10.357**, de 20 de maio de 2020. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Cidadania e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2020.
- BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamento e história**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- CAPI, A. H. C.; ISAYAMA, H. F. Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 28, p. 141-164, jan. 2019. DOI: <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i28.8493>.
- CARNEIRO, F. H. S.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. “Era uma vez um ministério do esporte...: seu financiamento e gasto nos governos Lula, Dilma e Temer”. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 31, n. 60, p. 01-22, out./dez. 2019. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2019e65541>.

CASTELAN, L. P. **As Conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no governo Lula (2003-2010)**. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

CASTILHOS, R. L.; CASTRO, F. B.; CAMARGO, M. C. S. A Atuação no núcleo rural do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Santa Maria/RS: percepções sobre a formação de dois professores de Educação Física. **Revista Eletrônica Pesquiseduca**, v. 11, n. 23, p. 114-126, 2019.

CASTILHOS, R. L.; SILVA, S. D. da; OJEDA, T. R. O núcleo palma do Programa Esporte e Lazer da Cidade - Povos e comunidades tradicionais da Universidade Federal de Santa Maria: sua inserção e relação com o processo formativo em Educação Física. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 4, p. 123-140, 2014. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.1017>.

CASTRO, F. B. de; GÜNTHER, M. C. C.; WITTIZORECKI, E. S. A Atuação no PELC/UFSM e a Formação Experiencial dos Educadores Sociais de Esporte e Lazer. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 2, p. 21-52, 2014. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.848>.

CASTRO, S. B. E.; STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, D. L. Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: uma análise da composição orçamentária (2004-2011). **Movimento (Porto Alegre)**, v. 24, n. 2, p. 383-398, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.64954>.

DOMINGUES, S. C.; KUNZ, E.; COSTA, A. R.; SOUZA, A. de. Educação ambiental e o programa esporte e lazer da cidade: uma análise de possibilidades nas políticas públicas. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 14, n. 4, p. 1-12, 2011. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2011.750>.

FARIA, E. L. O Esporte e suas Práticas no PELC. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 2, p. 379-401, 2017. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1665>.

GENTLES, S. J.; CHARLES, C.; NICHOLAS, D. B.; PLOEG, J.; MCKIBBON, K. A. Reviewing the research methods literature: Principles and strategies illustrated by a systematic overview of sampling in qualitative research. **Systematic Reviews**, v. 5, n. 172, p. 1–11, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13643-016-0343-0>.

GOELLNER, S. V.; VOTRE, S. J.; MOURÃO, L.; FIGUEIRA, M. L. M. Lazer e Gênero nos Programas de Esporte e Lazer das Cidades. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 13, n. 2, 2010. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2010.815>.

HECKTHEUER, L. F. A. Esporte e segurança em uma "sociedade de projetos". **Motrivivência** (Florianópolis), v. 24, n. 38, p. 98-107, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n38p98>.

MATIAS, W. B.; MASCARENHAS, F. As influências dos megaeventos esportivos na agenda e políticas esportivas: planejamento, arranjo institucional, ordenamento jurídico e financiamento. **Pensar a Prática**, v. 20, n. 1, p. 88-98, jan./mar. 2017. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v20i1.34001>.

MELO, C. C. de; BOLETINI, T. L.; COUTO, A. C. P. Práticas de gestão do conhecimento no Programa Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 42, e2006, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.rbce.2018.09.001>.

MENDES, R.; CUNHA JUNIOR, C. F. F. Compreensões sobre o lazer: uma análise do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Minas Gerais. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 12, n. 3, 2009. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2009.845>.

PICKERING, C.; BYRNE, J. The benefits of publishing systematic quantitative literature reviews for PhD candidates and other early career researchers. **Higher Education Research & Development**, v. 33, n. 3, p. 534-548, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/07294360.2013.841651>.

PINTOS, A. E.; ATHAYDE, P. F. A.; GODOFLITE, M. C. S. Municipalização do Esporte e do Lazer. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 3, p. 424-448, 2017.

PINTOS, A. E.; MASCARENHAS, F.; ATHAYDE, P. F. Monitoramento e avaliação de políticas e programas de esporte e lazer: a experiência do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 22, n. 3, p. 97-139, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2019.15306>.

RAZEIRA, T. R.; CASTILHOS, R. L.; DA SILVA, S. D.; QUADROS, R. B.; SAWITZKI, R. L. O PELC - Povos e comunidades tradicionais e a formação de professores do CEFD. **Kinesis, Dossiê CEFD 50 anos**, p. 01-12, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5902/2316546448491>.

REIS, N. S.; SANTOS, S. A.; CARNEIRO, F. H. S.; MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. O esporte educacional como tema da produção de conhecimento no periodismo científico brasileiro: uma revisão sistemática. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 3, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v18i3.34326>.

RECHIA, S.; TSCHOKE, A.; MORO, L. Espaço Univer-Cidade e PELC: a experiência do grupo GEPLC/UFPNA gestão do Programa de Esporte e Lazer na Cidade de Curitiba. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 15, n. 1, 2012. DOI: <https://doi.org/10.35699/2447-6218.2012.742>.

RIBEIRO, S.; FERRAZ, E. M. Programa Esporte e Lazer da Cidade: autogestão em foco. **Corpoconsciência**, v. 20, n. 2, p. 10-22, 2016.

ROJO, J. R.; MEZZADRI, F. M.; MORAES E SILVA, M. A produção do conhecimento sobre políticas públicas para o esporte e lazer no Brasil. **Podium: Sport**,

Leisure and Tourism Review, v. 8, n. 1, p. 128-139, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5585/podium.v8i1.303>.

SANTOS, E. S. Análise do desempenho do edital de 2012 do PELC. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 3, 2017. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1684>.

SANTOS, E.S.; STAREPRAVO, F.A.; HIRATA, E. Perfil das Prefeituras que Descentralizaram o PELC de 2003 a 2012. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 21, n. 1, p. 71–88, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1768>.

SANTOS, E.S.; STAREPRAVO, F.A.; MENEZES, V. G.; MELO, E. H. R. Municípios e propostas vulneráveis: uma análise do edital 2013 do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC). **Pensar a Prática**, v.22, n.27, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v22.52913>.

SILVA, D. A. M.; TOLEDO, E. de; AMARAL, S. C. F. A. O papel das instituições no controle social do PELC Campinas. **Motrivência (Florianópolis)**, v. 24, n. 38, p. 24-39, jun. 2012. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n38p24>.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; ROELDES, A. D. Políticas públicas de esporte e lazer: o processo de formação do Programa Esporte e Lazer da Cidade de Vitória - ES. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 36, n. 3, p. 640-647, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-325520143630007>.

SILVA, D. S.; BORGES, C. N. F.; AMARAL, S. C. F. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-55092015000100065>.

SILVA, J. L. F.; GOMES, C. L. **Princípios teórico-metodológico do PELC**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

SOARES, J. P. F.; GOMES, A. L.; MOURÃO, L.; FERREIRA, S. A.; MOREIRA, L. Formação e atuação profissional no contexto do Programa Esporte e Lazer da Cidade em Ubá, Minas Gerais. **Pensar a Prática**, v. 18, n. 3, p. 517-529, 2015. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v18i3.26798>.

SOARES, J. M. O Programa Esporte e Lazer da Cidade nos Planos Plurianuais do Governo Federal: o “estresse esportivo” do PELC. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 3, p. 102-138, 2017. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1687>.

SOARES, M. M.; GUADANINI, A. S. Resultados de monitoramento e avaliação dos Programas Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e Vida saudável (VS). **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 21, n. 4, p. 379-404, 2018. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2018.1946>.

STAREPRAVO, F.A.; MARCHI JUNIOR, W. Aspectos técnicos, conceituais e políticos do surgimento e desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade. **Pensar a Prática**, v. 16, n. 3, set. 2013. DOI: <https://doi.org/10.5216/rpp.v16i3.193955>.

STAREPRAVO, F. A.; SOUZA, J.; BERNABÉ, A. P.; MARCHI JUNIOR, W. Programa “Esporte e Lazer da Cidade”: onde o político/burocrático e o científico/acadêmico se encontram? **Movimento (Porto Alegre)**, v. 24, n. 1, p. 23-34, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.63125>.

TEIXEIRA, M. R.; MATIAS, W. B.; ATHAYDE, P. F. A.; MASCARENHAS, F. Política Social de Esporte e Lazer no Governo Lula: O Programa Esporte e Lazer da Cidade. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 3, p. 134–161, 2014. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.975>.

TONDIM, G.; MOLINA NETO, V.; WITTIZORECKI, E. S. A. Formação dos Educadores Sociais no Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC – em Porto Alegre. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 17, n. 1, 2014. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2014.622>.

TSCHOKE, A.; RECHIA, S.; VIEIRA DOS SANTOS, K. R.; VIEIRA, F. G. L.; MORO, L. As experiências no âmbito do lazer e o princípio da inércia: Uma analogia para pensar sobre os fatores que influenciam a apropriação dos espaços públicos. **Movimento (Porto Alegre)**, v. 17, n. 1, p. 117-136, 2011. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.15759>.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Controle e participação social no Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC): reflexões sobre o papel e a atuação das instituições. **Movimento (Porto Alegre)**, v. 24, n. 2, p. 383-398, 2020a. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-8918.100711>.

UNGHERI, B. O.; ISAYAMA, H. F. Esporte e lazer: reflexões sobre o não planejamento de políticas públicas. **Motrivivência** (Florianópolis), v. 32, n. 63, p. 01-12, 2020b. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e73365>.

VIEIRA, A. A.; TEIXEIRA, J. C. de A.; SILVA, R. F. da; COUTO, A. C. P. Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC: Interfaces Entre o PELC e as Desigualdades Sociais. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 20, n. 1, p. 161-180, 2017. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2017.1591>.

VENTURIM, L. F.; BORGES, C. N. F.; SILVA, D. S. Estratégias de Gestão Pública na Prefeitura de Vitória/ES: O PELC e a Intersetorialidade das Ações. **LICERE - Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer**, v. 16, n. 4, 2013. DOI: <https://doi.org/10.35699/1981-3171.2013.670>.

Endereço dos(as) Autores(as):

Luana Carla André
Endereço Eletrônico: luanasabatine9216@gmail.com

Wagner Barbosa Matias
Endereço Eletrônico: pedroavalone@gmail.com

Pedro Fernando Avalone Athayde
Endereço Eletrônico: pedroavalone@gmail.com

Dirceu Santos Silva
Endereço Eletrônico: dirceu.silva@ufms.br